

Violência contra a mulher, as redes de apoio e o bem-estar de seus trabalhadores: uma revisão bibliográfica de literatura.

Violence against women, support networks and the well-being of its workers: a literature review

DOI 10.5281/zenodo.15787114.

Carolina Barbosa Vigário¹
André Vasconcelos da Silva²

285

Resumo: A violência contra a mulher é um fenômeno multifacetado e é considerado um problema de saúde pública, por isso, deve ser alvo de enfrentamento por toda a sociedade pois é fruto da cultura dos espaços ao qual as mulheres estão inseridas. As redes de apoio às mulheres em situação de violência doméstica são importantes para promoção da emancipação dessas, pois lhes proporcionam acolhimento, apoio e orientação, acesso a programas sociais e de prevenção contra novos episódios de violência, contribuindo para o fortalecimento dessas mulheres e no resgate de sua autoestima e cidadania, por isso, importante estudar a qualidade de vida dos trabalhadores dessa rede pois lidam com a dor e sofrimentos dessas mulheres, o que pode impactar negativamente sem sua saúde e bem-estar. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é verificar como a literatura acadêmica nacional tem apresentado dados sobre a qualidade de vida, saúde e bem-estar dos trabalhadores que atuam em instituições que atendem mulheres que sofrem violência doméstica e trata-se de uma revisão sistemática de bibliografia. Como resultados, observou-se poucos estudos que considerem a saúde e bem-estar dos trabalhadores que atendem as mulheres que sofrem violência e a conclusão apontou para a necessidade de aumento das pesquisa sobre o bem-estar e saúde dos trabalhadores da rede de apoio à mulheres em situação de violência, já que eles contribuem para emancipação, auxílio, apoio, educação e ressignificação das experiências vividas por essas mulheres e as auxiliam na retomada do protagonismo das suas vidas e no resgate de sua cidadania.

¹ Mestranda no Programa em Gestão Organizacional na Universidade Federal de Catalão; Graduada em Pedagogia pela UFU e Psicologia pela UFG; Especialista em Psicologia Jurídica e Forense e Terapia Cognitivo-Comportamental; Analista Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás/GO. E-mail: carolinavigario@yahoo.com

² Professor Titular da Universidade Federal de Catalão no Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional. E-mail: andre_vasconcelos_silva@ufcat.edu.br

Recebido em 15/06/2025
Aprovado em: 0107/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Palavras-chave: Trabalhadores das Redes de apoio. Saúde e bem-estar. Violência contra a mulher

Abstract: Violence against women is a multifaceted phenomenon and is considered a public health problem. Therefore, it must be addressed by society as a whole, as it is a result of the culture of the spaces in which women are inserted. Support networks for women in situations of domestic violence are important for promoting their emancipation, as they provide them with shelter, support and guidance, access to social programs and prevention against new episodes of violence, contributing to the empowerment of these women and the recovery of their self-esteem and citizenship. Therefore, it is important to study the quality of life of workers in this network, as they deal with the pain and suffering of these women, which can negatively impact their health and well-being. Thus, the objective of this study is to verify how national academic literature has presented data on the quality of life, health and well-being of workers who work in institutions that serve women who suffer domestic violence. This is a systematic review of the literature. As a result, few studies were observed that consider the health and well-being of workers who assist women who suffer violence and the conclusion pointed to the need for increased research on the well-being and health of workers in the support network for women in situations of violence, as they contribute to the emancipation, assistance, support, education and resignification of the experiences lived by these women and help them to regain the leading role in their lives and to recover their citizenship.

Keywords: Support Network Workers. Health and Wellbeing. Violence against Women.

1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno que atinge tanto homens quanto mulheres, apesar de serem de modos, circunstâncias e ensejos diferentes. Isso porque, o homem tende a ser vítima em espaços públicos enquanto as mulheres são duplamente vulneráveis, ou seja, elas sofrem violência tanto no âmbito público quanto privado – seu próprio lar e por seus entes íntimos. (VIGÁRIO; PAULINO PEREIRA, 2014, s/p.)

Como um problema de saúde pública a violência doméstica contra a mulher deve ser alvo de enfrentamento por toda a sociedade, pois atravessa um campo mais melindroso: é fruto da cultura dos espaços ao qual esta mulher está inserida. Logo, percebe-se que para ocorrer mudanças referentes a esse fenômeno, é necessário intervenções críticas não somente no campo das Políticas Públicas, como também, na educação, na cultura arraigada, no sexismo, no racismo, enfim, ações integradas que busquem a emancipação dessas mulheres. (VIGÁRIO; PAULINO PEREIRA, 2014, s/p.)

A violência contra as mulheres é uma questão de saúde pública, pois pode provocar lesões imediatas, sequelas físicas permanentes e mesmo transtornos mentais que afetam todo o sistema de atendimento em saúde. Segundo dados do Governo Federal registrados no primeiro semestre de 2022, ocorreram 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra as mulheres. (Governo Federal, 2022)³

Dessa forma, as redes de apoio às mulheres em situação de violência doméstica são importantes para promoção da emancipação e resgate da dignidade dessas mulheres, pois lhes proporcionam atendimento nas áreas de saúde e psicossocial ao fornecer à elas: acolhimento, apoio, orientação, desmistificação do fenômeno, educação psicossocial, acesso à programas sociais e prevenção contra novos episódios de violência; o que contribui para o fortalecimento dessas mulheres e resgate de sua autoestima e cidadania.

Segundo Magalhães, Silva, Evangelista, Bueno e Silva (2022, s/p.), as redes de apoio à mulher em situação de violência devem ser integradas e articuladas, envolvendo serviços de:

Pronto atendimento; Setores de emergência e da assistência hospitalar; Serviços de saúde mental; Centro de referência de assistência social; Ministério público; Conselho tutelar; Delegacias da mulher; Vara da família; e Juizado de menores;

Neste sentido, essas redes de apoio podem ser refletidas sob um contexto organizacional e institucional já que, à luz do conceito de Barnard (1971) a organização se dá “[...] quando (1) há pessoas aptas a se comunicarem entre si; (2) que estão desejando contribuir com sua ação e (3) para a realização de um propósito comum [...]”, sendo necessário enfatizar também a reflexão de Nascimento (2009, s/p.) o qual aponta que neste estudo:

...não se pretende ditar o significado da palavra organização, mas apenas refletir sobre o conceito e seus usos, apontando os componentes em que se pode decompor essa noção e como se pode rearticulá-los num todo.

Assim, essas equipes deveriam ser formadas por profissionais capacitados para o trabalho em equipe multiprofissional no atendimento às demandas dessas mulheres e também de sua família. Tais profissionais lidam diariamente com a dor e o sofrimento dessas mulheres e por isso sua atuação deve contribuir para o atendimento e promoção da emancipação, do resgate da autoestima, da dignidade, do sentimento de visibilidade e ressignificação das experiências de vida desses sujeitos que se encontram em situação de violência. Essas equipes multiprofissionais podem ser formadas por policiais, juízes, escrivães, assessores, delgados,

³ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>

escreventes, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, agentes do Conselho Tutelar, médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, dentre outros que buscam proteger e oferecer cuidados às mulheres e suas famílias que se encontram em situação de violência doméstica.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é verificar como a literatura acadêmica nacional tem apresentado dados sobre a qualidade de vida, saúde e bem-estar dos trabalhadores que atuam em instituições que atendem mulheres que sofrem violência doméstica, pois é importante a análise de como está sua autoestima, saúde mental, física e emocional, o presenteísmo, o absenteísmo, que são questões importantes que agem nos critérios de tomada de decisão desses trabalhadores no trato com o fenômeno em estudo.

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão sistemática de estudos, cuja questão prevaiente é: “Quais evidências existem na literatura nacional que caracterizam a qualidade de vida, saúde e o bem-estar dos trabalhadores das redes de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica?”.

Para a análise de inclusão e exclusão das bibliografias utilizou-se os mnemônicos de acordo com o método *Joanna Briggs Institute* (JBI), que propõe como critérios de elegibilidade a utilização do mnemônico PCC (Population, Concept and Context).

A população buscada são os trabalhadores das redes de apoio às mulheres que sofrem violência doméstica. O conceito é a qualidade de vida e o bem-estar desses trabalhadores e o contexto são as redes de apoio às mulheres em situação de violência doméstica.

Os critérios de exclusão serão trabalhos em outros idiomas que não o português; artigos ou dissertações nas quais há análises de trabalhadores que não estão inseridos em instituições da rede de proteção às mulheres que se encontram em situação de violência doméstica; mulheres trans e artigos ou dissertações que são pagos.

Foram utilizadas três bases de dados para se realizar o levantamento dos artigos, dissertações e teses que serão identificados, observados seus objetivos e resultados que constem as considerações dos autores sobre o tema proposto. Dessa forma, a coleta dos dados será realizada nas bases de dados da SCIELO, do Google Acadêmico e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES - todos são de acesso aberto/livre.

Após a realização das pesquisas com as palavras-chave: “trabalhadores rede de apoio” e o descritor “violência contra mulher”, percebeu-se necessário a utilização do operador booleano “AND”. Com isso, foi percebido que não havia artigos na base SCIELO e nem no

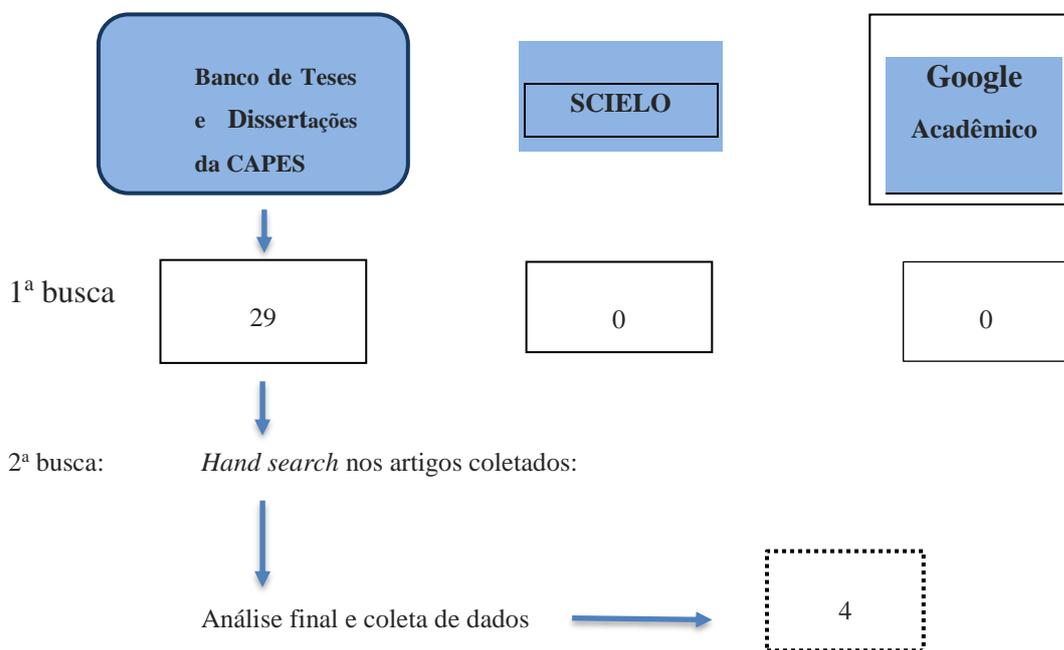
Google Acadêmico sobre o tema. No Banco de Teses e Dissertações da CAPES utilizando o refinador que se tratava apenas de dissertações sobre o tema foi encontrado 402 estudos que envolviam as palavras-chave e o descritor considerados nesse estudo, porém ao utilizar-se o recorte de tempo do ano de 2006 – marco da implementação no país da Lei 11.340 - Lei Maria da Penha – e o ano de 2022, foram encontradas 29 dissertações.

Tabela 01 - Palavras utilizadas nas bases de dados que foram investigadas. Frequência e a data de estudos nas bases investigadas.

Palavras-chave eo descritor	Rede de Dados	Frequência	Data
trabalhadores rede de apoio AND Violência contra a mulher	Banco de Teses e Dissertações da CAPES	29	27/07/2023
	Scielo	0	
	Google Acadêmico	0	10/08/2023

Fonte: Vigário; Silva (2023).

Figura 1- Fluxograma da Coleta de Dados sobre a qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores da rede de apoio às mulheres que estão em situação de violência doméstica



Fonte: Vigário; Silva (2023).

3 RESULTADOS

Os resultados qualitativos que se esperava com este estudo era de que houvesse maior número de pesquisas que considerassem a saúde e bem-estar dos trabalhadores que atendem as mulheres que sofrem violência contra mulher já que sua atuação envolve a dor e o sofrimento dessas mulheres e sua relação com o tema que pode influenciar na sua autoestima, subjetividade, saúde física, mental e emocional, interferindo na sua atuação e tomada de decisão de qual melhor intervenção realizar com seu público alvo.

Dentre as quatro dissertações encontradas no Banco de Dados da CAPES, nenhuma delas discursava sobre a qualidade de vida dos atores que trabalham com as mulheres em situação de violência doméstica, se pautando em estudos que falam sobre o olhar desses trabalhadores sobre as mulheres que atenderam, sobre os caminhos percorridos por essas mulheres em busca de ajuda, sobre as redes de apoio em si, mas em nenhum deles percebeu-se estudos sobre as condições de bem-estar dos trabalhadores das redes.

4 DISCUSSÃO

Das quatro dissertações encontradas no Banco de Dados da CAPES foram analisados sua introdução, seus objetivos e resultados.

Considerando o estudo Ciarline (2006) com o título: Violência de Gênero intrafamiliar nos Juizados Especiais Criminais, percebeu-se que a dissertação foi escrita antes da promulgação da Lei Maria da Penha e apontou ideias sobre a garantia de direitos do homem que praticava a violência, evitando sua prisão, em detrimento de proteger e garantir o direito das vítimas que muitas vezes se tornavam reclusas em casas abrigos para não morrerem.

Segundo a autora, a violência de gênero era global e movimentava estudiosos de várias áreas de pesquisa, em seu caso, a saúde e o direito, com a discussão de que o fenômeno que ultrapassava o lar onde ocorria a violência, pois afetava também os filhos do casal, a produtividade da mulher em seu trabalho, a banalização da violência e o preconceito de gênero.

Ciarline (2006) discorreu sobre a necessidade de uma lei específica sobre as mulheres vítimas de violência doméstica pois forneceria maior amparo aos juízes para proferirem decisões mais eficazes para prevenção desse crime, além de considerar que essa população deve ser amparada não apenas pelos juizados juntamente com a contribuição de uma equipe

multiprofissional. Ainda neste sentido, a autora afirmou que a erradicação da violência contra às mulheres dependia da mudança da mentalidade dos juízes e da capacitação dos profissionais das equipes multiprofissionais quanto a questão de gênero e o direito das vítimas.

Em seu estudo, a autora tinha como objetivo responder a duas questões norteadoras: “qual deve ser o paradigma para o magistrado proferir decisões que combatam eficazmente a violência de gênero?” e “... modificação nas normas sancionatórias para garantir-se maior efetividade das mesmas de tal sorte que a “violência estatal” venha combater a violência familiar?”. (Ciarline, 2006)

Nos resultados, a autora expôs que mesmo existindo inúmeros instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos das mulheres, o que se observou foi a falta de respeito às normas, tanto por instituições quanto por particulares e que cabia a cada estado velar pela observância desses direitos. Segundo ela, no Brasil a criação dos Juizados Especiais Criminais tornou mais efetivo o amparo às mulheres que sofriam de violência doméstica e ela os critica, ao apontar falhas no sistema jurídico que, até então, não previa o trato multidisciplinar do fenômeno, lidando de modo simplista e sem eficácia na solução do problema considerando que a vítima corria sérios risco de morte.

Dessa forma, a autora destacou que a solução para a violência doméstica deveria ser considerada pelos magistrados um fenômeno com múltiplos profissionais no trato, que envolvia uma ampla rede de apoio às mulheres e seus direitos, com trabalhadores das áreas da assistência social, de sociólogos, da psicologia, medicina e educadores para o auxílio na efetividade das decisões judiciais.

A segunda dissertação a ser analisada seria a que foi feita no ano de 2022 por Larissa Mayumi Yokoi cujo título é ‘Projeto de Solução Mhealth e Diretrizes Clínicas para o Atendimento de Vítimas de Violência’ do Programa de Mestrado em Engenharia Biomédica da Universidade Federal do ABC, mas ao se tentar realizar a análise da mesma, percebeu-se que não havia link disponível para abertura do arquivo o que gerou a impossibilidade de estudo do trabalho da autora.

As duas próximas dissertações foram escritas no ano de 2022 para o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina e foram orientadas pela mesma professora, a Dra. Marselle Nobre de Carvalho. A primeira dissertação foi escrita por Giovana M. Mourinho Ferreira e trata dos ‘Caminhos da Rede: Itinerário percorrido por mulheres vítimas de violência em Londrina’, já a segunda dissertação, foi escrita por Josiane

Nunes Maia que expõe o tema “Rede de enfrentamento a violência contra as mulheres do município de Londrina-PR: potencialidades e desafios”.

Na dissertação feita por Ferreira em 2022, a autora buscou reconstruir o percurso que as mulheres de Londrina/PR enfrentavam em busca de cuidado e proteção após episódio de violência doméstica. Percebe-se que assim como Ciarlini (2006) a autora considerava a violência doméstica como uma hierarquia de desigualdade de gênero, onde havia a dominação, exploração e opressão do agressor sobre o agredido. Segundo a autora, em Londrina os caminhos que as mulheres percorriam para receber atendimento e proteção eram denominados ‘rota crítica’ e eram os passos percorridos pelas mulheres antes de serem encaminhadas até os serviços oferecidos pelas redes de apoio. O objetivo da pesquisa da autora foi de analisar os caminhos que as mulheres de Londrina utilizavam em busca de proteção e cuidados oferecidos pela rede de proteção e também os fatores que as influenciavam em sua busca por ajuda. Em sua pesquisa, Ferreira (2022) apontou que as redes de apoio às mulheres que sofriam de violência doméstica foram modificando-se ao longo do tempo o que gerou maior capacitação dos trabalhadores em busca de melhor acolhimento e apoio às usuárias.

Ferreira (2022), escolheu fazer análise de 7 caminhos percorridos por 7 mulheres em busca de apoio e ajuda após sofrerem algum tipo de violência e percebeu que cada uma delas demonstraram ser protagonistas em sua busca por recursos até mesmo quando o Estado não as provia. Concluiu que algumas das participantes conseguiram emancipar-se saindo de casa, mantendo a denúncia feita, realizaram cuidados com seu corpo, buscaram apoio com outras mulheres que também vivenciaram situações de violência, propuseram mudanças políticas, ressignificaram o ocorrido - tudo isso dentro ou fora da rede de apoio.

Quanto ‘às rotas críticas’, Ferreira (2022) percebeu que eram múltiplas e se modificavam conforme o aspecto temporal pois, a partir da Lei Maria da Penha, as Delegacias da Mulher, Varas, Promotorias e juizados demonstraram maior qualidade nos profissionais que recebiam as mulheres em situação de violência e ainda percebeu que nas redes de proteção que tinham caráter de ideias mais tradicionais, ainda contavam com profissionais negligentes, que julgavam as mulheres que lhes eram encaminhadas/procuravam atendimento e as fizeram se afastar dessas redes.

Segundo ela, o setor de saúde foi o mais distante em oferecer cuidados e proteção pois, consideravam os ferimentos fora do contexto em que ocorreram e não levavam em conta os prejuízos emocionais e mentais que a agressão causou àquelas mulheres. Ferreira (2022)

também observou que a perspectiva intersetorial ocorreu na minoria das sete histórias de vida ouvidas por ela que percebeu maior efetividade quando havia a conexão entre as redes de apoio, porém a comunicação entre elas é fragmentada o que deixava as mulheres desamparadas. Segundo ela, mesmo com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres ainda havia morosidade na atuação dos profissionais das redes de proteção e ainda ocorriam julgamentos morais, o que invalidava os pedidos de ajuda das mulheres prevalecendo a cultura machista e patriarcal.

Por fim, e não mais impactante, Ferreira (2022) notou que as mulheres participantes de seu estudo não tinham conhecimento de estratégias de prevenção pois lhes foi ofertada, nas redes de apoio, instrução e educação sobre a interrupção dos ciclos de violência, o que reforçou as crenças nessas mulheres de que elas são culpadas e que, com seus próprios recursos, poderiam evitar tais situações.

A última dissertação a ser analisada é de Maia (2022) e tratou dos desafios e potencialidades das redes de enfrentamento à violência contra as mulheres do município de Londrina.

Maia (2022) iniciou seu estudo ao discorrer que a violência contra as mulheres mantinha tanto estruturas arcaicas, quanto novas formas de ocorrência do fenômeno. A autora, que é enfermeira, fez um relato em primeira pessoa sobre um dos atendimentos que fez com uma mulher vítima de violência. Tal relato foi a única parte que se aproximou do que se propunha como objeto de estudo deste artigo, pois a profissional enfatizou “Pensei e agora o que vou fazer por essa mulher, respirei fundo, um misto de emoções e sentimentos me envolveu.” (Maia, 2022, s/p.), exatamente porque esta parte do trabalho focou no trabalhador que atendeu uma mulher em situação de violência ao citar seus sentimentos que mobilizou sua atuação.

A partir daí a autora enfatizou o modo como a mulher em situação de violência deveria ser recebida nos espaços públicos o qual existia para lhe oferecer proteção, auxílio, informações e encaminhamentos necessários para sua condição.

Em conformidade com Ciarline (2006) e Ferreira (2022), a autora também considerou que a violência contra as mulheres é uma violência de gênero, “marcada pelo patriarcado onde o homem tem privilégio e posição social enquanto as mulheres e outros sujeitos que fogem ao padrão normativo desse sistema são conduzidos à submissão e “invisibilização”, o homem tem as melhores oportunidades e benefícios na sociedade” (Maia, 2022, s.p.).

Quanto à questão das redes de enfrentamento à violência doméstica, familiar e sexual de Londrina, a autora afirmou que havia na cidade serviços de espaços nos quais as mulheres buscavam por cuidado, proteção e precisavam ser acolhidas, ouvidas e ter suas demandas atendidas. Maia (2022) afirmou que estas redes de apoio tinham papel fundamental para o enfrentamento da violência contra as mulheres na cidade de Londrina, e, considerava que o modo como as redes se articulam era um ponto especial para se concretizar melhores atendimentos a esse público.

Desse modo, seus objetivos com esta pesquisa foram descrever as fragilidades e potencialidades das redes de enfrentamento à violência doméstica, familiar e sexual na cidade de Londrina. Ela propôs como conceito de rede de atendimento a ação articulada de várias instituições governamentais, não governamentais e comunitárias para melhoria da qualidade no atendimento das mulheres em situação de violência e também para desenvolver estratégias efetivas e de prevenção.

Assim como Ferreira (2022), Maia (2022) também concorda que as políticas públicas para as mulheres em situação de violência têm melhorado ao longo do tempo, mas ainda há poucos serviços quando se observa a amplitude do fenômeno.

Maia (2022) também possuía mesmo entendimento de Ferreira (2022) sobre as dificuldades das redes de apoio de Londrina quanto ao atendimento às mulheres em situação de violência e as cita como: a referência e contrarreferência, políticas públicas ineficazes, falta de comprometimento dos trabalhadores da rede, déficit e rotatividade dos trabalhadores, falta de entendimento dos trabalhadores sobre seu papel no serviço, falta de profissionais capacitados para a realização das notificações, falta de orçamento, invisibilidade de alguns grupos, machismo dos trabalhadores e a não prática efetiva das normas vigentes na Lei Maria da Penha. Porém, ao contrário de Ferreira (2002) conseguiu apontar potencialidades nesta rede como: a estruturação, o espaço para capacitação dos profissionais, respeito às demandas, reuniões como espaços democráticos e a diversidade de serviços ofertados pela rede.

A autora apresentou, ao final de seu estudo, que para não ocorrer retrocesso nas ações das redes de apoio, as instituições deveriam fortalecer as potencialidades apresentadas no trabalho e manter a rede organizada e estruturada, com diversidade de trabalhadores e de oferta de serviços para que se pudesse implementar e consolidar os quatro eixos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; o estudo foi finalizado com a apresentação de importantes apontamentos para superação dos desafios apresentados, como um orçamento

adequado, número adequado de profissionais, fluxo de referência e contrarreferência, cumprimento das notificações às autoridades, ampliação do tema através dos meios de comunicação para conscientização da população, manutenção da diversidade de serviços, maior articulação entre as redes, capacitação dos trabalhadores, introdução do tema na grade curricular de educação e promoção de um programa de educação permanente sobre o tema.

5 CONCLUSÃO

Para o presente estudo buscou-se por bibliografias que estudassem sobre a autoestima, o bem-estar, qualidade de vida e os sentimentos dos trabalhadores que atuam com mulheres que sofrem de violência doméstica ao considerar a violência intrafamiliar contra a mulher como uma questão de gênero, que necessita de atendimento multiprofissional.

Observou-se a falta de estudos que considerasse os trabalhadores que lidam com as mulheres em situação de violência doméstica pois é preciso conhecer como a dor e o sofrimento demonstrado por seu público interferia em sua subjetividade e qualidade de vida. Foi notado que em apenas um estudo continha uma minúscula citação acerca do sentimento que um dos trabalhadores da rede de proteção às mulheres em situação de violência quando recebeu a demanda de uma delas.

Dessa forma, pode-se analisar que o tema proposto necessita de vasta pesquisa pois são esses trabalhadores são aqueles que contribuem para emancipação, auxílio, apoio, educação e ressignificação das experiências vividas por essas mulheres e as auxiliam na retomada do protagonismo das suas vidas e no resgate de sua cidadania.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.** Acesso em 24/01/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar#:~:text=No%20primeiro%20semestre%20de%202022,viol%C3%A2ncia%20dom%C3%A9stica%20contra%20as%20mulheres.>

CIARLINI, R. de C. L. R.. **Violência de Gênero Intrafamiliar nos Juizados Especiais Criminais**. Mestrado em Direito. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília: 01/05/2006.

FERREIRA, G. M. M. **Caminhos da Rede: Itinerário percorrido por mulheres vítimas de violência em Londrina**. Mestrado em SAÚDE COLETIVA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina, Biblioteca Depositária: 03/05/2022.

MAIA, J. N. **Rede de enfrentamento a violência contra as mulheres do município de Londrina-PR: potencialidades e desafios**. Mestrado em SAÚDE COLETIVA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: 04/05/2022.

MAGALHÃES, B. S. *et all*. Prevalência e incidência da violência física em mulheres adultas atendidas nos serviços de saúde da América Latina: protocolo de revisão sistemática. In: **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, 2022. Acesso em 01/06/2023. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/32130-Article-364215-1-10-20220719.pdf>

VIGÁRIO, C. B; PAULINO-PEREIRA, F. C. Violência contra a mulher: análise da identidade de mulheres que sofrem violência doméstica. In: **Revista de Psicologia**. Fortaleza: v. 5 - n. 2, p. 153-172, jul./dez. 2014. Acesso em 05/06/2023. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/17889>

YOKOI, L. M. **Projeto de Solução MHealth e Diretrizes Clínicas para o Atendimento de Vítimas de Violência**. Mestrado em Engenharia Biomédica Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, São Bernardo do Campo Biblioteca Depositária: UFABC. 03/05/2022.